

CONDIÇÃO CAMPONESA, MIGRAÇÃO E MOBILIDADE SOCIAL NO CONTEXTO DA COLONIZAÇÃO ESTRANGEIRA EM SANTA CATARINA

*Giralda Seyferth**

Resumo: Neste artigo são discutidas particularidades da migração observadas no processo de colonização estrangeira em algumas regiões do Estado de Santa Catarina, iniciado em 1829 com a fundação da colônia alemã de São Pedro de Alcântara. A análise contempla a formação do campesinato originário da imigração, num contexto de povoamento de terras públicas incentivado e regulado pelo Estado brasileiro, considerando os deslocamentos (de pessoas e grupos) um dos seus princípios estruturais. Sob este aspecto focaliza alguns indicadores da condição camponesa em relação causal com a mobilidade, e sua conformação no curso histórico desta forma de ocupação territorial.

Palavras-Chave: Colonização estrangeira. Migração rural. Campesinato.

Boundaries of nations: the senses and situations streak Portuguese-Spanish

Abstract: The present paper discusses certain peculiarities of migration, as observed in the foreign colonization process in some regions of Santa Catarina State. This began in 1829, with the founding of the german colony of São Pedro de Alcântara. My analysis looks at the formation of peasantry derived from immigration, in a context involving the settlement of public lands, encouraged and regulated by the Brazilian State. I take into consideration movements of people and groups as one of the structural principles of this process. Within this perspective, the article focuses upon some indicators of peasant condition in a causal relationship with mobility and the ways in which this played out during the historical course of this territorial occupation.

Key Works: Foreign colonization. Rural migration. Peasantry.

Neste trabalho pretende-se abordar alguns aspectos da migração rural, característica do processo de colonização estrangeira em Santa Catarina, iniciado na primeira metade do século XIX. A análise contempla a formação do campesinato no contexto de povoamento mais antigo, cujo marco é a fundação do núcleo colonial de São Pedro de Alcântara, em 1829, e a ocupação do Vale do Itajaí e da região adjacente no Norte do Estado, a partir de 1850, considerando a migração um dos seus princípios estruturais. Os parâ-

* Doutora em Ciências Humanas (USP), professora do PPGAS, Departamento de Antropologia, do Museu Nacional, UFRJ, bolsista pesquisadora do CNPq. E-mail: gseyfert@gmail.com

metros da mobilidade social e os indicadores da condição camponesa (e sua conformação no processo histórico de ocupação territorial) são questões importantes para compreender um fenômeno migratório com motivações diversas e diferentes direções, portanto, não redutível à concepção clássica de “êxodo rural”.

I

A migração atual, de acordo com Kearney (1986, p.331), envolve, predominantemente, trabalhadores que se deslocam das regiões onde nasceram e cresceram para encontrar melhor compensação por seus trabalhos em outro lugar. Essa forma (simplificada) de observar o fenômeno migratório deriva da sua vinculação com a noção de desenvolvimento que acompanha muitos trabalhos realizados no campo da Antropologia. No âmbito dos “estudos de comunidade”, a obra de Robert Redfield deu alguma atenção à mobilidade com base na noção de contínuo folk-urbano, fundada no dualismo campo-cidade, amplamente ressaltado na literatura pertinente. Assim Redfield (1956, 1963) destacou a relação estrutural entre aldeia camponesa e cidade, distinguindo dois pólos de uma mesma sociedade, em que o campesinato aparece como um tipo social com características próprias, formando aquilo que Kroeber (1963, p.92) denominou “*part-societies with part-cultures*”. Não cabe aqui retomar a velha (e útil) discussão sobre a definição do “objeto” (no caso, o campesinato), hoje sujeita às críticas (nem sempre pertinentes) daqueles pesquisadores que trabalham com a perspectiva “pós-camponesa” (cf. KEARNEY, 1996), em grande parte derivada da heterogeneidade empírica que dificulta a fundamentação conceitual. Contudo, é preciso reconhecer as limitações das abordagens conceituais de Redfield e outros antropólogos que, influenciados pelas breves considerações de Kroeber, procuravam estabelecer tipologias de natureza dualista, dando pouco espaço ao fenômeno migratório.

Na concepção de Redfield, o contínuo folk-urbano não está referido à migração e contempla sobretudo a noção de “*part-society*” e seu conteúdo cultural. O tema da migração foi pouco explorado por essa Antropologia do campesinato que, não obstante, procurou mostrar as conexões urbanas do mundo rural, envolvendo inclusive as redes de parentesco e amizade. Por outro lado, a mobilidade geográfica que marca o cotidiano camponês é um assunto presente nos estudos rurais que, desde o século XIX,¹ abordaram as transformações sociais vinculadas aos processos de industrializa-

¹ O trabalho do socialista alemão Karl Kautsky, publicado na virada para o século XX, tratou da “questão agrária” na Europa (particularmente na Alemanha) mostrando, entre outras coisas, a importância das migrações rurais. Cf. Kautsky (1968). Ver também a coletânea organizada por Harriss (1982) e Mendras (1978).

ção, concentração fundiária e fragmentação das posses / propriedades familiares.

A migração temporária faz parte da vida camponesa, dada a dependência do trabalho acessório por parte da pequena exploração familiar. Conforme assinalou Kautsky (1968), se o ganho acessório não estiver próximo, os camponeses vão procurá-lo longe da sua comunidade, caso do emprego sazonal na própria agricultura (capitalista). Por outro lado, a industrialização (urbana e rural) produziu um tipo camponês diferenciado pela categoria *worker-peasant* – operário camponês – que define a prática da agricultura familiar de tempo parcial em associação com o trabalho assalariado de um ou mais membros do grupo doméstico (cf. KANTSKY, 1968; FRANKLIN, 1969; SEYFERTH, 1974). Esse é um fenômeno próprio da mudança social em certas comunidades camponesas, indicando um movimento pendular que nem sempre configura uma migração de longa distância. A maioria desses trabalhadores encontrou emprego nas indústrias instaladas no meio rural ou nas cidades próximas; eles cabem na noção de **Pendler**, que supõe movimento pendular (diário, semanal etc), sem o desligamento definitivo da unidade familiar camponesa.² O termo **Fernpendler** é o que mais se aproxima de uma situação de migração, pois supõe o deslocamento de longa distância, porém, igualmente, o movimento de retorno (e a vinculação com a comunidade de origem).

Operário camponês é uma identidade ambígua porque sinaliza para ocupações não agrícolas. No entanto, integra de fato a comunidade camponesa ao mesmo tempo em que estabelece redes e vínculos mais consistentes com a cidade. Designa uma condição social que atrapalha a intangível uniformidade conceitual pouco afeita às diferenciações internas, dando margem às especulações sobre o “fim do campesinato”.³

Essas formas de mobilidade espacial apontam para o critério estrutural de definição da *part-society* camponesa desde Redfield – os laços entre campo e cidade, mas também sinalizam para a relevância (igualmente estrutural) das migrações internas no meio rural, envolvendo diversas temporalidades. A necessidade de reprodução social, associada às pressões internas de natureza demográfica, além do binômio industrialização – urbanização, porém, remetem a outras migrações, inclusive transnacionais.

² O termo de referência vem dos estudos sobre o campesinato alemão da primeira metade do século XX, que focalizaram o movimento de rápida transformação social (e proletarianização) produzido pela crescente industrialização desde o século XIX (cf. Franklin, 1969). Alude ao indivíduo “pendular” que, em razão do assalariamento (temporário ou permanente), se move como um pêndulo.

³ As diferenciações internas remetem a uma outra questão de natureza conceitual que não será discutida aqui: o prestígio (e as implicações de classe social) do trabalho artesanal como outra fonte de renda, não exclusiva, de famílias camponesas, às vezes referido na literatura como “indústria doméstica” ou a presença de artífices nas aldeias, dedicados apenas aos seus ofícios.

A palavra migração assinala diferentes movimentos de população e o deslocamento em massa do campo para as cidades foi analisado por meio da expressão “êxodo rural”, associado à expansão do capitalismo (em particular, ao desenvolvimento industrial). A idéia de êxodo estabeleceu uma medida demográfica importante para discutir as transformações que importunam a trama conceitual própria da noção de campesinato, não obstante o reconhecimento das diferenças culturais, sociais e econômicas daquele segmento da população rural. Nesse caso, êxodo rural é um indicador da migração camponesa mais significativa nos tempos modernos, abrangendo também os deslocamentos através das fronteiras internacionais, conforme ocorreu no contexto da grande emigração européia, anterior à 1ª Guerra Mundial,⁴ com implicações no regime de colonização estrangeira no Brasil.

Adequado ou não, o termo êxodo⁵ procura destacar o caráter maciço da migração rural-urbana no século XX. A migração rural, em geral, tem relação direta com o excedente demográfico e, conseqüentemente, com a reprodução social, daí sua qualidade estrutural; o êxodo diz respeito aos movimentos de massa que conduzem camponeses em direção às cidades industrializadas (conforme observação de Mendras, 1978, p.166), atraídos pela oferta de mão de obra assalariada. Além do êxodo, existem outros movimentos que não podem ser negligenciados, inclusive aqueles aparentemente menos significativos quando o referente é a distância geográfica — caso dos deslocamentos pendulares, inclusive dos operários camponeses, que permitem a permanência de uma parte do excedente populacional no meio rural.

Assim como o próprio campesinato, a migração camponesa não tem significação unívoca do ponto de vista empírico. Suas causas são facilmente observadas, mas a mobilidade tem diferentes caminhos e, em muitos casos, caracteriza-se pelo retorno, pela manutenção das redes de relações (familiares ou não) com a comunidade de origem, ou mesmo por movimentos de idas e vindas (num trânsito mais ou menos constante de pessoas e idéias que repercute na mudança social). Analisando os processos migratórios de regiões rurais da Argélia para a França, Sayad (1998) faz referência às

⁴ Ver, por exemplo, o importante estudo de Thomas e Znaniecki (1974) — 1ª edição em 1918 — que aborda os deslocamentos em massa de emigrantes poloneses (em grande parte camponeses) para a cidade de Chicago, no final do século XIX. Na tradição da Escola de Chicago, o trabalho focaliza uma migração do campo para uma metrópole, numa circunstância transnacional incomum (a Polónia só passou a ser um Estado-nação independente em 1919), observando, entre outras coisas, os processos de acomodação de uma população rural ao meio urbano.

⁵ O sentido etimológico mais comum supõe a emigração de um povo e o exemplo recorrente é a narrativa bíblica da saída dos hebreus do Egito, sob a liderança de Moisés. A história do povo judeu é a fonte de outro termo vinculado à emigração em massa — diáspora. Apesar da dificuldade de apropriação de palavras com significado simbólico bem estabelecido, nos dois casos estão conceitualmente delimitados tipos de migração com significado demográfico.

modificações da mentalidade camponesa diante das circunstâncias dos retornos (temporários ou não) que tornam permanente a condição de migrante.

A mobilidade espacial camponesa tem sido diretamente associada ao que Mendras (1978, p.164) chamou de “escoamento normal das sobras da população fecunda”. Essa afirmação põe em evidência a causalidade demográfica produzida pelas limitações da pequena exploração familiar que não assegura a reprodução social na condição camponesa para todos os filhos, resultado inevitável do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico e da escassez de terras. Os deslocamentos individuais ou em grupos nos limites do mundo rural e deste para as cidades ou, mesmo, atravessando as fronteiras internacionais, fazem parte do cotidiano camponês, assumindo as várias formas mencionadas (entre outras). O êxodo rural, portanto, abarca apenas um aspecto dessa realidade marcada pela liminaridade do migrante, com reflexos nas representações teóricas do campesinato. A liminaridade sugere identidades sociais problemáticas, que eventualmente podem distinguir pessoas por diferentes graus de “ruralidade”. A migração rural-urbana significa, para a maioria dos migrantes, algum tipo de proletarização, mas a migração temporária para trabalho assalariado, sazonal ou não, e os deslocamentos para novas fronteiras agrícolas, como ocorreu no Sul do Brasil na implementação do regime de colonização estrangeira, apenas reforçam uma condição camponesa nuançada, nunca unívoca.⁶

II

A colonização estrangeira, como a própria denominação (oficial) sugere, ocasionou um importante movimento imigratório de europeus para o Sul do Brasil, particularmente expressivo entre 1850 e 1914. O modelo adotado, vagamente inspirado nas propostas de Wakefield para a colonização da Austrália, de Canadá e de outras possessões britânicas, tinha por objetivo a ocupação de terras devolutas por meio de núcleos coloniais. O fundamento desse modelo era a pequena propriedade familiar destinada a imigrantes europeus: o núcleo devia ser constituído por um lugar delimitado para ser um povoado e ponto de partida para a demarcação das “linhas coloniais” e seus respectivos “lotes rurais”, de conformidade com a legislação.

O estabelecimento de imigrantes alemães⁷ na região do rio dos Sinos (RS) em 1824, com a fundação do núcleo de São Leopoldo, iniciou esse

⁶ Não cabe aqui tratar da questão da identidade camponesa, mas é importante assinalar que ela contempla o fato da migração, as atividades artesanais tradicionais (inclusive aquelas praticadas por aldeões que não trabalham na agricultura), os cultivadores de tempo parcial e outros elementos da diferenciação interna. Sobre este assunto, ver Seyferth (1992, 1993).

⁷ Até a década de 1870 houve predominância de alemães no regime de colonização porque a ação de aliciamento (por meio de agentes do governo brasileiro e das empresas de colonização) foi dirigida para aqueles estados germânicos com significativo fluxo emigratório. A partir de 1875 a imigração italiana superou, estatisticamente,

processo de povoamento, sem levar em conta a possível presença indígena e eventuais posseiros e sesmeiros. Interessava ao governo imperial a ocupação das regiões de floresta das províncias meridionais por colonos europeus que cultivassem seus lotes com mão de obra familiar, sem utilização do trabalho escravo. No início da colonização não houve proibição da posse de escravos e existem registros da presença deles nos núcleos fundados antes de 1830, ano em que o Parlamento suspendeu os recursos para a colonização. O processo só foi reiniciado pelo governo imperial no meio da década de 1840, ao término da Revolução Farroupilha (1835-1845), quando uma parte das terras devolutas passou para o controle das províncias que deviam assumir alguns custos da imigração. Assim, antes da votação da Lei de Terras, em 1850, a escravidão foi proibida nas áreas de colonização estrangeira. A referida lei, por sua vez, deu contornos definitivos a essa forma de ocupação do território ao estabelecer o acesso à terra por compra. Na prática, instituiu-se a “dívida colonial” e, ao mesmo tempo, o tamanho padrão de um lote colonial, fixado em cerca de vinte e cinco hectares. A padronização foi posteriormente criticada por alguns imigrantistas, e por estudiosos da colonização, porque não levou em conta a qualidade das terras e a consequente limitação de uma produção agrícola de perfil capitalista. Enfim, o modelo visava uma produção (basicamente para abastecimento) destinada ao mercado e a figura emergente devia ser um “*farmer*” e não simplesmente um camponês.

Nos discursos sobre a colonização estrangeira, a figura do colono emerge como um pequeno produtor capitalista, moderno, o que explica a ausência do termo fazendeiro, apesar das referências diretas ao sistema de colonização dos Estados Unidos, onde a categoria “*farmer*” tem exatamente esse significado. No contexto da sua retomada em meados do século XIX, a política de colonização visava a implementação de um sistema de produção agrícola em terras públicas e diferenciado da grande propriedade escravista monocultora; por outro lado, privilegiou o imigrante europeu, imaginado como colono ideal e, igualmente, agente civilizador.⁸

O modelo gestado nesse reinício, adequado à Lei de Terras de 1850, e sua regulamentação em 1854, prevaleceu com poucas modificações mesmo depois da proclamação da República, quando o nacionalismo passou a questionar com mais vigor a formação de colônias com predominância de estrangeiros, argumentando com as dificuldades de assimilação. No contexto de criação do Serviço de Povoamento (vinculado ao Ministério da

a alemã. De fato, os núcleos coloniais receberam imigrantes de diferentes nacionalidades européias, com preponderância de alemães e italianos. Essa heterogeneidade produziu algumas diferenças culturais, mas a categoria colono abarca todos e a procedência nacional é um dado secundário para os propósitos deste artigo.

⁸ As motivações da política de colonização, inclusive sua sinonímia com civilização, podem ser observadas nos escritos de Abrantes (1941) e Tavares Bastos (1976), dois imigrantistas exemplares do Império.

Agricultura, Indústria e Comércio), a legislação republicana manteve os critérios de localização baseados na noção de núcleo colonial, o lote de vinte e cinco hectares, onde a família do colono devia residir e produzir, e o acesso à terra por compra (financiada em cinco anos, formando a “dívida colonial”). A preocupação nacionalista com os “quistos étnicos” (expressão denotativa da ausência de assimilação) provavelmente motivou o privilegiamento de colônias “mistas” e a inclusão, na lei, de um dispositivo que permitia o assentamento (até 25%) de colonos “nacionais” – isto é, brasileiros. Paradoxalmente, uma boa parcela desses 25% de “nacionais” era formada pela segunda e terceira gerações de colonos, portanto brasileiros pelo direito de solo. Esse “desvio” do princípio assimilacionista é um bom indicador da migração rural, em grande parte derivada da continuidade do povoamento através de linhas coloniais, que começou no Rio Grande do Sul e Santa Catarina logo após a independência, acompanhando importantes bacias hidrográficas e seguindo depois para o planalto riograndense, catarinense e paranaense (nessa ordem).

Resumindo, o acesso à terra no mesmo núcleo ficou difícil já na segunda geração, motivando os deslocamentos para novas colônias – processo que Jean Roche (1969) denominou “enxamegem”, figura de retórica reportada à divisão e migração de enxames de abelhas para formar novas colméias. É uma imagem perfeita porque muitos deslocamentos eram familiares ou coletivos, facilitados pelas empresas de colonização que atuaram mais sistematicamente no processo de ocupação do planalto. Mesmo não sendo a única forma de mobilidade geográfica, foi bastante significativa no contexto histórico da colonização.

Na primeira fase da colonização (1824-1830) o governo imperial estabeleceu sete núcleos coloniais no sul, todos com imigrantes aliciados na Alemanha (designação usada em termos gerais para o conjunto dos estados alemães) – São Leopoldo (RS) e São Pedro de Alcântara (SC) são os mais conhecidos. Houve descontinuidade a partir de 1830, mas em Santa Catarina foram autorizadas algumas iniciativas de colonização promovidas por empresários da área de navegação. Essas iniciativas malograram apesar de uma certa proximidade com a capital, Desterro (Florianópolis). A autorização do governo sinaliza para o interesse na continuidade da ocupação de terras públicas, mesmo num período de conflito armado no Rio Grande do Sul, com repercussão em Santa Catarina; por outro lado, antes mesmo dos debates que levaram à promulgação da Lei de Terras, entraram em cena as empresas de colonização. Elas precisavam de autorização parlamentar e ministerial e deviam atuar em conformidade com a legislação. Podiam receber (por compra) até seis léguas quadradas de terras devolutas, com a obrigação de arcar com as despesas de demarcação das linhas e lotes, abertura de vias de comunicação etc., respeitando os parâmetros legais de um núcleo colonial. Assim, na segunda metade do século XIX e primeiras décadas

do século XX, empresas particulares, os governos provinciais e o governo brasileiro expandiram a colonização, fundando núcleos particulares e oficiais, inicialmente no Rio Grande do Sul e Santa Catarina e, depois, no Paraná.

No curso dessa ocupação formou-se um campesinato diferenciado da tradição rural brasileira, apesar das particularidades culturais expressadas pela indicação “nacional” dos núcleos (colônia alemã, italiana, polonesa etc.). Tal classificação não é denotativa da “colônia homogênea” criticada pelo nacionalismo assimilacionista, porém indica a preponderância de um grupo ou a nacionalidade dos “pioneiros” (ou fundadores) e a consequente diferenciação cultural. A formação camponesa resultou do modelo de colonização, não obstante as peculiaridades da organização doméstica e da transmissão do patrimônio que refletem a heterogeneidade da imigração.

Desde o início, o governo brasileiro concedeu privilégios aos imigrantes agricultores, observáveis na legislação. Também deu certa importância aos artífices (muitos dos quais tinham origem rural). A imigração desejada, portanto, era aquela originária dos meios rurais europeus. Mas as listas de imigrantes destinados aos núcleos coloniais, quando contém a profissão dos indivíduos adultos (ou dos chefes de família), mostram a grande variedade profissional dos colonos. Além disso, agenciadores e as próprias empresas colonizadoras não tinham maior preocupação com a qualificação profissional dos imigrantes e, por isso, foram muitas vezes acusados de recrutar gente indesejável – vagabundos, criminosos, proletários andrajosos, participantes de movimentos sociais ou revolucionários, com ideologias suspeitas, todos considerados potenciais ameaças à ordem pública.⁹ Na prática, a profissão real ou putativa do imigrante não tinha muita importância diante da nova identidade “oficial” – colono! Todavia, a provável auto-identificação profissional dos imigrantes, registrada nas listas produzidas por diretores de colônias, expõe estatísticas significativas de lavradores.

Não é necessário esmiuçar as características desse campesinato resultante da migração transatlântica de famílias e indivíduos de diferentes nacionalidades, motivações, condições de classe e qualificações profissionais. O processo migratório não pode ser visto de forma homogênea – gente emigrada da Europa – pois caracteriza-se por dois movimentos complementares, a migração de um meio rural para outro (nesse caso, de camponeses) e da cidade para o campo, coisa impensável na figuração do êxodo rural, mas possível nas condições de colonização, onde todos assumiram, em algum momento, a condição de colonos.

Antes de abordar a migração camponesa nas áreas de colonização mais antigas de Santa Catarina, objeto deste trabalho, é útil acrescentar alguns dados importantes para visualizar os efeitos de um modelo de ocupa-

⁹ As manifestações coletivas de descontentamento diante das condições precárias dos núcleos coloniais, sobretudo no século XIX, foram atribuídas à ação de imigrantes com esse “perfil” indesejável. (Cf. Seyferth, 1999).

ção territorial idealizado e controlado pelo Estado, mesmo nas áreas de atuação das empresas colonizadoras.

A polarização campo-cidade, antes de ocorrer na prática, está contida no próprio planejamento do núcleo colonial. O lugar do povoado era demarcado com lotes “urbanos”, acessíveis àqueles que não tinham interesse no trabalho agrícola. Os lotes “rurais”, demarcados nas linhas (abertas na mata) eram concedidos aos colonos para a prática da agricultura, e onde deviam construir sua moradia, pois a eles estava interdito o acesso a um lote “urbano”. Em consequência, a realidade espacial mais comum do campesinato europeu – a aldeia – desaparece, e as linhas assumem um perfil comunitário de referência coletiva, apesar da situação de povoamento disperso assinalado por geógrafos que estudaram a colonização (cf. WAIBEL, 1958; ROCHE, 1969). Entre os habitantes dos povoados destacaram-se os comerciantes (em sua maioria também imigrantes), que monopolizaram os transportes e o comércio da produção excedente dos colonos, criando uma situação de dependência assinalada na literatura pertinente.

Enfim, algumas poucas características de natureza conceitual¹⁰ podem ser acrescentadas tendo em vista sua importância para o entendimento dos processos migratórios: sobressai o lote colonial, unidade de produção / consumo baseada na policultura (e alguma criação) e na divisão de trabalho familiar; por outro lado, a linha (ou um conjunto de linhas) tornou-se o espaço comunitário mais importante da sociabilidade proporcionada pelas capelas, associações e pequenas casas comerciais – as “vendas”; a simbiose entre colonos e comerciantes estabelecidos nos pólos urbanos dos núcleos coloniais é outra característica relevante, indicativa de relações de dominação; apesar da uniformidade do modelo de concessão do lote colonial, houve alguma diferenciação interna sem prejuízo da valorização coletiva da ruralidade através da categoria colono, apropriada do jargão oficial e indicadora de uma identidade social vinculada à imigração / colonização.

III

A colonização estrangeira em Santa Catarina começou em 1829, com a fundação da colônia de São Pedro de Alcântara, no Vale do rio Maruí, à margem do caminho de tropas que permitia uma precária comunicação entre o litoral e a vila de Lages, no planalto. Não teve muita relevância porque, na retomada da colonização na década de 1840, o governo imperial valori-

¹⁰ Sobre os debates acerca das noções de campesinato e sociedade camponesa ver, por exemplo, as coletâneas organizadas por Potter, Diaz e Foster (1967) e Shanin (1971) e os trabalhos de Wolf (1970), Mendras (1978) e Kearney (1996).

zou a ocupação da parte norte da província, considerando o Vale do Itajaí mais viável para estabelecer a ligação com o planalto. O caso de São Pedro de Alcântara,¹¹ porém, é útil para introduzir o problema da migração porque dali saíram diversas famílias para outros núcleos coloniais da província – inclusive no Vale do Itajaí.

A escolha do local teve dupla motivação: dar maior segurança ao trânsito de tropeiros no caminho para Lages, inclusive logístico (para facilitar possíveis ações militares contra os indígenas),¹² e promover um povoamento que permitisse a formação de povoados e o desenvolvimento de uma agricultura voltada para abastecimento, a principal finalidade da colonização. Na época da fundação, o lote colonial podia ter até setenta e cinco hectares (só mais tarde seria reduzido para vinte e cinco hectares), recebido por concessão gratuita, portanto, bastante atraente tendo em vista a condição social das famílias emigradas. Até 1830 a colônia recebeu 694 imigrantes, entre os quais figuravam quase duas centenas de alemães egressos dos batalhões de mercenários amotinados na Corte e dispersados em 1828 (MATTOS, 1917, p.41). Só os que concordaram com o encaminhamento para São Pedro de Alcântara, transformados compulsoriamente em colonos, puderam permanecer no Brasil.

O abandono da área por uma parcela desses colonos na década seguinte tem sido atribuído à presença de ex-soldados propensos à “deserção”, aos terrenos acidentados impróprios para a atividade agrícola e até mesmo à dificuldade de adaptação ao “ambiente tropical”, visão da causalidade presente, por exemplo, no trabalho de Piazza (1994, p. 94).¹³ São causas reconhecidas pela historiografia mas não explicam, inequivocamente, a migração para outras áreas coloniais ou para as vilas do litoral.

A presença de soldados é apenas um dos indicadores da heterogeneidade profissional dos imigrantes, assinalada também na historiografia da colonização no Rio Grande do Sul. Mesmo no grupo de pequena expressividade numérica encaminhado para São Pedro de Alcântara havia muitos artífices e gente oriunda de áreas urbanas, sem experiência na atividade agrícola. A profissão de agricultor era mais valorizada pela política de colonização, da mesma forma que os artesãos (que muitas vezes tinham origem camponesa e dupla ocupação). Afinal, as colônias também deviam gerar povoados. Os

¹¹ Algumas informações históricas sobre essa primeira colônia estão nos trabalhos de Mattos (1917), Cabral (1970), Piazza (1983), e no volume comemorativo do centenário da imigração alemã em Santa Catarina (Entres, 1929).

¹² Configura-se aí a natureza estratégica da localização de colonos em certos pontos desses caminhos, que asseguravam o movimento de mercadorias entre o litoral e o planalto, e o Rio Grande do Sul e São Paulo. Na mesma época (1829), o governo imperial estabeleceu mais duas colônias estrangeiras – Mafra e Rio Negro – em cada margem do rio Negro, num lugar de travessia importante na comunicação com a região sudeste.

¹³ Os termos deserção e ambiente tropical são usados pelo autor sem explicação. A palavra deserção certamente veio do vocabulário oficial e traduz a condição de estrangeiro que deve ser controlado, proibido de sair do núcleo colonial sem autorização da autoridade competente (em geral, o diretor da colônia).

críticos do modelo oficial, porém, acusaram o principal agenciador da época – que também recrutava soldados para os batalhões estrangeiros – de trazer criminosos e cidadãos miseráveis ou vadios junto com verdadeiros colonos. A inexperiência agrícola e a condição de ex-soldados (imaginada como fator de conflito) que podia obscurecer um artesão ou mesmo um agricultor, por si mesmas, não explicam a decisão de migrar. Muitos imigrantes aliciados nas cidades sem qualquer conhecimento acerca do trabalho agrícola, permaneceram nos seus lotes e, como todos os outros, aprenderam a plantar seguindo o exemplo caboclo da coivara (derrubada da mata / queimada e plantio com uso de instrumentos simples) – uma forma de agricultura extensiva que, segundo Waibel (1958), prejudicou a produtividade, levou ao rápido esgotamento do solo, e retardou (ou impediu) a implantação de um sistema agrícola de pequena escala de tipo capitalista.¹⁴ Dito de outro modo e sem o olhar desenvolvimentista de Waibel, a colonização produziu camponeses, em muitos casos remediados (dispondo de alguns recursos), mas não o “*farmer*” (o pequeno fazendeiro da colonização dos Estados Unidos) desejado pelo Estado.

As circunstâncias de localização em São Pedro de Alcântara e suas repercussões na migração ocorreram em outros núcleos coloniais, apesar das mudanças na política de colonização a partir de 1850. A distância da colônia em relação ao litoral não era grande, mas entre as reclamações dos colonos figurava a precariedade e insegurança do caminho de tropeiros, e o relativo isolamento que decorria dessa situação de frente pioneira, afetando o escoamento da produção excedente e a relação com os núcleos urbanos mais próximos – Desterro e São José. Claro que muitos colonos receberam lotes acidentados, uma circunstância comum nos vales dos rios que descem do planalto, escolhidos para realizar a colonização, que demandava maior esforço de trabalho da família com resultados pouco animadores.

Apesar da presença de ex-soldados, em 1830 havia na colônia 168 famílias e a população totalizava 652 pessoas – 377 homens e 275 mulheres (MATTOS, 1917, p.57). Sob este aspecto, é importante destacar que os dois grupos de imigrantes destinados a São Pedro de Alcântara, embarcados em Bremen, eram compostos majoritariamente por famílias, um dado evidente na listagem de lotes concedidos (MATTOS, 1917, p.59-61). Já nessa época, o campesinato alemão enfrentava crises agrárias que atingiam sobretudo os pequenos produtores familiares e, por outro lado, o desenvolvimento do capitalismo no campo mudou bastante as antigas relações de de-

¹⁴ Analisando os princípios da colonização européia no sul do Brasil, Waibel (1958), especialista em Geografia Agrária, criou uma tipologia dos sistemas agrícolas que progride da “rotação de terras primitivas” (com a coivara) para a “rotação de terras melhorada” (com uso mais sistemático do arado, beneficiamento de certos produtos nos engenhos, caso do milho, da mandioca etc. e intensificação das relações comerciais com os “vendedores”) e desta para a “rotação de culturas combinada com a criação de gado”. Segundo suas observações, só uma parcela dos colonos chegou ao terceiro estágio, o que supõe diferenciação interna.

pendência impostas pelo regime de servidão que, por certo, transformou camponeses em trabalhadores rurais. O campesinato alemão era bastante heterogêneo e as mudanças sócio-econômicas atingiram os vários segmentos de formas diferenciadas, daí a intensidade da emigração para as Américas, em muitos casos na condição de colonos.¹⁵ Com as devidas exceções – inclusive os ex-soldados – aqueles que receberam data de terras no caminho para Lages (conforme expressão da época) eram camponeses e/ou artesãos. Essa condição provavelmente motivou os deslocamentos para outros lugares da província de Santa Catarina.

As “datas” (lotes) foram demarcadas fazendo frente com o caminho de tropeiros, nos terrenos acidentados das encostas da serra, causando discórdia entre os imigrantes e as autoridades. Segundo descrição do vigário Joaquim Gomes d’Oliveira Paiva (1846), do alto dos morros é possível ver uma bela planície cortada pelo rio Maruí, onde os colonos preferiam ver implantada a colônia. Mais do que o incremento da agricultura, interessava ao governo provincial uma comunicação segura com o planalto. Além dessa questão – o fato da colônia ter sido fundada no caminho do sertão – a proibição de gastos com a colonização, em 1830, afetou a administração (inclusive as demarcações e a implantação de serviços – médicos, educacionais etc.) e suspendeu os subsídios prometidos ao grupo no aliciamento, que garantia a subsistência no período crucial até a primeira colheita, ficando a colônia “entregue aos próprios destinos” (MATTOS, 1917, p.58).¹⁶ Por fim, a escolha do caminho para Lages como base da demarcação das terras deixou uma parte das concessões sem acesso à água corrente (cf. PAIVA, 1846), inviabilizando a exploração; e, por outro lado, chamou a atenção para o “problema do gentio” (a sempre destacada ameaça indígena).

As precárias condições de implantação da colônia, objeto de crítica por parte dos imigrantes menos afortunados, em grande parte levaram a um novo processo migratório e este não foi, necessariamente, no sentido rural-urbano. Tal processo evidencia-se pelo pequeno crescimento demográfico da colônia que, em 1847, possuía uma população de 742 colonos, dos quais 120 eram brasileiros (MATTOS, 1917, p.58) que para lá se dirigiram ocupando terras abandonadas pelos alemães. No movimento migratório interno, iniciado poucos anos depois da instalação da colônia, algumas famílias foram autorizadas pelo diretor Soechting¹⁷ a ocupar terras mais planas na região do rio Biguaçu. Outras famílias migraram para fundar a colônia de

¹⁵ Sobre a questão agrária na Alemanha do século XIX, ver Kautsky (1968) e Weber (1981).

¹⁶ Os subsídios estavam previstos para o primeiro ano após o assentamento, mas a demora na demarcação (com muitos meses de espera nas palhoças construídas no lugar do arraial) atrasou a concessão das terras.

¹⁷ Soechting foi o segundo diretor da colônia. Era ex-tenente do 28º Batalhão de Caçadores. Tinha um perfil comum de diretor de colônia no Império: alemão com passagem pelo exército brasileiro que devia impor autoridade a seus compatriotas colonos.

Vargem Grande (no rio Cubatão) – no período em que foram autorizadas iniciativas particulares de colonização em Santa Catarina. O Vale do Itajaí foi o terceiro destino dos egressos de São Pedro de Alcântara. Ali, algumas famílias receberam terras no arraial de Belchior (atual município de Gaspar), um lugar projetado para ser uma colônia que não se concretizou e, assim, não ficaram submetidas ao regime de colonização. Só alguns dos colonos dirigiram-se para as vilas portuárias de Itajaí e Desterro, procurando ascender socialmente nas atividades de comércio e navegação. Na capital Desterro alguns empreendedores alemães já estavam estabelecidos nessas atividades, havendo alguma expectativa de trabalho assalariado. O caso mais notável de ascensão social nessa migração para Itajaí é o da família de Johann Müller (que emigrou para São Pedro de Alcântara com a mulher e cinco filhos): um dos seus filhos, Peter, iniciou pequeno comércio que prosperou com o desenvolvimento colonial do Vale do Itajaí, após 1850; seu neto, Lauro Müller, realizou uma das mais notáveis carreiras políticas no Estado, na Primeira República. A maior parte dos imigrantes que enriqueceram na atividade comercial, porém, não enfrentou a condição de colono como lavrador.

Na segunda metade do século XIX houve maior interesse governamental na ocupação do Vale do Itajaí, outra via de acesso ao planalto. No ano de 1850, o alemão Hermann Blumenau, autorizado pela Assembléia Provincial e pelo governo imperial, adquiriu terras devolutas para fundar a colônia, que levou seu nome, no médio Itajaí-açu, cerca de dez quilômetros acima do arraial de Belchior. Dez anos depois, o governo imperial assumiu a colônia diante da possível falência do fundador que, não obstante, foi mantido na direção do empreendimento. Em seguida, surgiu outra colônia oficial, localizada no principal afluente, o Itajaí-mirim, Brusque, fundada em 1860. Antes dessas iniciativas, em 1844, o engenheiro Charles van Lede, idealizador da Companhia Belga-Brasileira de Colonização, fundou uma colônia com imigrantes belgas, em terras compradas de particulares, no baixo Itajaí-açu. O empreendimento não foi bem sucedido e só algumas famílias permaneceram no local (atual município de Ilhota).

No ano de 1850, o governo imperial autorizou, por decreto (conforme a lei) a atuação da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, criada em 1849 para promover a colonização das oito léguas em quadra recebidas como dote pela Princesa Francisca, irmã de D. Pedro II, na ocasião do seu casamento com o Príncipe de Joinville. A colônia D. Francisca (homenagem à Princesa), mais tarde denominada Joinville, foi fundada em 1851. A ação colonizadora da Sociedade prosseguiu além dessas terras, chegando ao planalto e ao Vale do Itajaí.

Até 1874 as duas grandes áreas coloniais receberam predominantemente imigrantes alemães. A partir daí, coincidindo com o criticado contrato do governo imperial com o aliciador Joaquim Caetano Pinto Junior, come-

çou a imigração italiana. O contrato, ratificado por decreto de 17/06/1874, autorizava a “importação” de cem mil imigrantes europeus que deviam ser encaminhados, preferencialmente, para núcleos coloniais.¹⁸ A província de Santa Catarina recebeu a maior parte desses imigrantes, em sua maioria italianos do norte e alemães. Ampliou-se a ocupação do Vale do Itajaí nas áreas adjacentes às colônias oficiais de Brusque e Blumenau, chegando até a bacia hidrográfica do rio Tijucas, com a fundação de Nova Trento. Formaram-se vários núcleos coloniais, alguns com predominância de italianos ou alemães, outros de perfil “misto”, uma característica privilegiada na República para evitar os “enquistamentos étnicos” temidos pelos nacionalistas. Além dos imigrantes engajados por Pinto Júnior, chegaram outros, atraídos pela propaganda oficial, por empresas de navegação ou, ainda pelas Sociedades colonizadoras.

Assim, nas décadas de 1870/80, as colônias sob administração oficial receberam um excesso de imigrantes sem possuir infraestrutura que permitisse bom acolhimento na circunstância pioneira. Houve muita demora no encaminhamento para as linhas coloniais e a maioria dos grupos precisou esperar entre seis e nove meses até receber, por compra, os lotes prometidos, abrigados precariamente em barracões situados no povoado. Imigrantes adultos foram contratados para o trabalho de abertura de linhas e demarcação dos lotes coloniais, numa situação “pendular” temporária afastados de suas famílias. Além disso, a falta de boas condições de alimentação e higiene, e a precariedade dos serviços de assistência (inclusive médica) produziu altas taxas de mortalidade, sobretudo infantil. A instabilidade foi inevitável, pois muitos colonos precisaram endividar-se com os comerciantes, criando situações de dependência antes de ter acesso à terra. Por isso, ocorreram manifestações coletivas (cf. SEYFERTH, 1999) para reivindicar os subsídios prometidos (não reconhecidos pelo Estado), o pagamento sempre atrasado pelos trabalhos de demarcação, a assistência médica e a concessão mais rápida dos lotes (entre outras coisas). As manifestações locais foram reprimidas com força policial, classificadas pelo termo “motim”, e os líderes dos “amotinados”, chamados de “comunistas”, deixaram a área. Entre as manifestações destacou-se a marcha de um grande número de colonos até Desterro, evento que teve cobertura dos jornais denunciando as mazelas da colonização.

O processo de ocupação prosseguiu na República, em terrenos mais

¹⁸ O texto do decreto 5663 é um bom exemplo da política imigratória do Império. No prazo de dez anos, o aliciador devia introduzir cem mil alemães, austríacos, italianos do norte, bascos, belgas, suecos, dinamarqueses e franceses, agricultores sadios, laboriosos e moralizados; destes, 20% podiam ter outras profissões (ou artes). O governo não assume qualquer compromisso em relação aos colonos, garantindo aos que se estabelecerem nas colônias do Estado a plena propriedade de um lote de terras, recebido por compra. Para o empresário em questão, o contrato era vantajoso porque o governo pagava subvenção por cabeça, conforme o sexo e a idade de cada indivíduo.

acidentados, chegando às nascentes dos rios Itajaí-açu e Mirim, no planalto. Em 1897, a Sociedade Colonizadora Hanseatica fundou um dos últimos núcleos coloniais da região – a colônia Hammonia, que deu origem à cidade de Ibirama. Havia a expectativa de atrair, num período de cinco anos, até 5 mil imigrantes alemães, mas isto não ocorreu, em parte por causa do rigor das leis de emigração da Alemanha. De acordo com Deeke (1922), autor que também foi diretor da colônia, entre 1897 e 1922 chegaram 4351 colonos, estimativa que não corresponde ao número de imigrantes que embarcaram nos portos de Hamburgo e Bremen destinados à colônia (RICHTER, 1986, p.39). Ambos os autores informam que nem todos os novos imigrantes permaneceram nos seus lotes – uns retornaram à Alemanha, outros se fixaram nos municípios vizinhos (as ex-colônias Blumenau, Joinville e Brusque, politicamente emancipadas no final do Império e vivenciando um processo de industrialização). Nesses municípios ainda persistia a localização de colonos nas linhas mais afastadas dos centros urbanos, controlada pela Inspetoria de Terras e Colonização (e depois, pelo Serviço de Povoamento do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, regulamentado em 1911).

Os números discrepantes encontrados por Richter (1986, p.38-39) certamente tem relação com os deslocamentos regionais de descendentes das primeiras levas de imigrantes dispostos a enfrentar mais uma “zona pioneira” (conforme expressão de WAIBEL, 1958). Por outro lado, as listas de imigrantes publicadas por Deeke (1922) mostram a heterogeneidade profissional desses colonos, pois entre eles havia um grande número de artesãos e operários, parte dos quais preferiu o estabelecimento nas cidades emergentes dentro do Vale do Itajaí, ou até mesmo retornar ao país de origem ou reemigrar para a Argentina.¹⁹ O caso da colônia Hammonia é apenas um bom exemplo da mobilidade dos colonos (e suas múltiplas causas) dentro da região e alhures, na fase final da colonização.

Na mesma época da fundação de Hammonia, grupos de poloneses, originários do território polonês sob domínio do Império Russo, se estabeleceram no Vale do Itajaí e no alto Vale do Rio Tijucas (núcleos de Pinheiral e Nova Galícia), em área contígua à colônia de Nova Trento.

Os dados sobre o povoamento mostram um processo contínuo de fixação de colonos entre 1850 e 1914. Apesar da legislação brasileira favorecer a imigração de agricultores, tendo em vista a ocupação do planalto setentrional, os imigrantes que chegaram depois da Primeira Guerra Mundial preferiram uma inserção urbana, mesmo nas antigas áreas de coloniza-

¹⁹ Atravessar a fronteira internacional rumo à Argentina foi coisa comum desde meados do século XIX e motivo de preocupação das autoridades brasileiras.

ção, atraídos pelo desenvolvimento industrial.

Ocorreu alguma diversificação da economia desde o início da colonização, através do beneficiamento de produtos da lavoura (especialmente milho, mandioca e cana de açúcar) realizado em pequenos engenhos construídos por colonos, ou em maior escala sob controle de comerciantes; e da atividade artesanal praticada nas linhas e povoados. O artesanato e o beneficiamento da produção agrícola praticados em algumas unidades familiares produziu alguma diferenciação interna no espaço rural. As pequenas indústrias domésticas instaladas no meio urbano – de laticínios, cerveja, conservas, derivados de carne suína, etc. – também demandaram mão de obra. Mas o desenvolvimento da indústria têxtil a partir da década de 1880, acelerado depois de 1914, foi o principal fator de atração de mão de obra do campo – fato coincidente com o crescimento das cidades, reforçando redes de relações (inclusive de parentesco) implícitas na concepção de contínuo rural-urbano assinalado desde Redfield (1956).

A heterogeneidade profissional dos imigrantes contribuiu para esse movimento na direção das cidades em formação, às vezes simplesmente abandonando o lote recebido, conforme se observa nas entrevistas com descendentes. As listas de imigrantes produzidas por diretores de diversas colônias mostram a predominância de famílias de agricultores durante o Império,²⁰ mas a qualificação como artífice muitas vezes encobre a dupla ocupação e a diversidade das atividades na unidade doméstica camponesa, assinalada por Kautsky (1968). Esse perfil mudou no final do século XIX, especialmente no caso dos alemães e poloneses, com o encaminhamento de indivíduos e famílias de origem operária para áreas de colonização.

A inexperiência em relação ao trabalho agrícola aparece na documentação oficial como uma das causas do abandono de lotes – ato freqüente na fase final da ocupação. No entanto, tal criticismo oculta o problema maior da demarcação em terrenos muito acidentados, impróprios para uma atividade agrícola regular, repetidamente trocados entre colonos sem autorização dos Inspetores de Terras (preocupados com o pagamento da “dívida colonial”), criando problemas posteriores de regulação das propriedades.²¹

Finalmente, um dado crucial do crescimento demográfico foi importante na configuração da migração rural: as altas taxas de natalidade na segunda e terceira gerações, assinaladas pelos estudiosos da colonização. Willems (1946), por exemplo, assinalou a média de oito a dez filhos por casal (corroborada por ROCHE, 1969), no caso dos colonos alemães, além do

²⁰ Ver, por exemplo, Cabral (1958), que incluiu as listas relativas à colônia Brusque em anexo.

²¹ Nessas áreas os colonos enfrentaram as ações ilegais de madeireiros, denunciadas inclusive pelas autoridades. Representavam um duplo prejuízo: danos às lavouras e perda da madeira de lei, que podia propiciar recursos para a quitação da dívida assumida no ato da concessão do lote. Sobre essa questão, ver Seyferth (1996).

casamento de gente muito jovem (situação incomum na Alemanha). Tais índices de natalidade se repetem entre famílias de outras nacionalidades.

Este fator demográfico, valorizado no discurso dos colonos sobre o trabalho familiar, conforme observação de Willems (1946, p. 440), repercutiu no ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico, pois o lote de vinte e cinco hectares não comportava uma sucessão igualitária para todos os filhos casados. De fato, a fragmentação das propriedades tornou-se mais freqüente depois do desenvolvimento industrial, que atraiu uma parte do excedente populacional; e alguns arranjos costumeiros sobre a transmissão do patrimônio fundiário permitiram a exclusão de certos herdeiros – de certo modo refletindo diferentes tradições camponesas européias.²² Na expansão colonizadora, os filhos excluídos eram encaminhados para novos núcleos coloniais, onde o acesso à terra podia ser financiado (quase sempre em 5 parcelas anuais), permitindo a reprodução do grupo doméstico na condição camponesa.

IV

Num dos seus trabalhos mais conhecidos, Waibel (1958, p.206)²³ empregou a expressão “colonização européia” para designar os “processos pelos quais durante cerca de 120 anos, uma classe de pequenos proprietários rurais de origem européia está tomando posse de terras e estabelecendo comunidades próprias”. Não usa a palavra migração pois o referente é a vinculação entre colonização e povoamento. Mas o enunciado tem a virtude de particularizar um modelo de ocupação contínuo de terras, que originou um campesinato certamente heterogêneo em termos sócio-culturais, igualmente caracterizado pelos mesmos princípios derivados do regime de colonização instituído pelo Estado brasileiro. A mobilidade espacial, em vários momentos considerada excessiva pelas autoridades governamentais, principalmente quando envolvia o abandono dos lotes coloniais sem a quitação da dívida contraída no ato da compra, é um elemento estrutural que permeia a continuidade da condição camponesa e a própria transformação social das comunidades rurais. Contudo, é necessário não subestimar o argumento

²² Na maior parte dos casos, a tradição era patrilinear: a terra passava para um dos filhos (primogênito ou ultimogênito), para todos os filhos, e excluía as filhas. A subdivisão dos lotes relacionada à segunda opção foi considerada uma das causas do empobrecimento e/ou assalariamento dos colonos (cf. Waibel, 1958).

²³ Trata-se do texto *Die Europäische Kolonisations Südbrasilien*, publicado na revista alemã *Colloquium Geographicum*, 4 (1955) e incluído nesta coletânea publicada pelo IBGE. É interessante observar que Waibel, juntamente com geógrafos brasileiros, procurava encontrar soluções para os problemas da colonização depois da 2ª Guerra Mundial, quando havia interesse em retomar a imigração de agricultores visando a ocupação da região centro-oeste formando núcleos coloniais mistos com estrangeiros e nacionais. O texto aqui mencionado contém, na parte final, sugestões para uma nova política de colonização.

causal da presença (perturbadora) de imigrantes indesejáveis, sem experiência na agricultura, repetido pelo senso comum nacionalista e pelos administradores coloniais. Na prática, e independente da profissão original, os imigrantes que adquiriram terras nas linhas coloniais tornaram-se colonos, uma categoria de identificação indicadora da pertença a comunidades rurais formadas por gente “de origem” européia. A migração associada ao abandono das concessões de terras não foi mais significativa entre aqueles que não possuíam a profissão de lavrador.

Os dados, mesmo apresentados de modo sumário, permitem assinalar algumas formas da migração camponesa observáveis no contexto da colonização européia em Santa Catarina. A primeira delas tem relação direta com a “situação pioneira” e, por extensão, com o fato da localização em áreas de floresta, acidentadas, sem demarcação adequada para receber os colonos. Tem característica pendular e, a não ser pelo tipo de ocupação, assemelha-se ao que Kautsky (1968) chamou de “trabalho acessório”, próprio das formações camponesas. A referência aqui é o recrutamento temporário de colonos para os trabalhos de abertura das principais vias de comunicação terrestre e demarcação das linhas e lotes (e outros serviços públicos). Eram considerados jornaleiros, recebiam por empreitada, e a renda auferida permitia sustentar as famílias no período de espera pela concessão da terra e, para muitos, ajudou a amortizar a “dívida colonial”.²⁴ Os relatórios de diretores de núcleos coloniais mencionam uma espécie de rodízio de jornaleiros, de modo a beneficiar, por alguns meses, diferentes homens adultos, preferencialmente chefes de família. Mas, na continuidade da colonização, esse trabalho também atraía colonos já estabelecidos nos seus lotes, que se dirigiram para áreas mais distantes da unidade familiar, afastando-se das atividades agrícolas por muitos meses, deixando as mesmas nas mãos de mulheres e filhos menores; uma situação registrada na documentação oficial e, principalmente nos escritos memorialísticos de alguns colonos.²⁵

A segunda forma de migração abarca o mundo rural da colonização estrangeira, a mais perene se for levada em conta a longa duração histórica mencionada por Waibel, e o modelo “enxamegem” definido por Roche ao tratar da colonização alemã no Rio Grande do Sul. Aí se tem a mobilidade espacial nos limites das áreas de colonização, isto é, acompanhando a fron-

²⁴ No período inicial da colonização ocorreu outro tipo de deslocamento, resultante do recrutamento de voluntários para a Guerra do Paraguai. Entre as promessas feitas aos colonos estava incluído o perdão da dívida pela compra do lote. As publicações comemorativas deram visibilidade a esse fato, reafirmando a lealdade política ao Brasil. O documento, datado de 1865, que lista os colonos voluntários (ao todo 125) das colônias de Blumenau, D. Francisca e Brusque está reproduzido no Álbum do Centenário de Brusque, publicado em 1960.

²⁵ Desde 1957, a revista Blumenau em Cadernos (dedicada à história regional) vem publicando documentos oficiais e textos escritos por colonos (tais como cartas, memoriais etc.), onde dados como estes aparecem associados à expansão colonizadora.

teira agrícola que, aos poucos, se deslocou para o planalto setentrional, em grande parte impulsionada por empresas de colonização autorizadas pelo Estado (dentro do modelo estabelecido por lei). No Vale do Itajaí e na região sob influência da Sociedade Colonizadora de Hamburgo e da Sociedade Colonizadora Hanseática, a migração de descendentes dos núcleos iniciais ganhou maior importância do que a imigração na expansão da fronteira até o planalto catarinense em fins do século XIX. A continuidade dos assentamentos e o crescimento demográfico, impulsionado pela imigração e pelas altas taxas de natalidade, dificultaram o acesso à terra para filhos e netos de colonos. Mesmo aqueles que, remediados, podiam comprar lotes para os filhos se estabelecerem, na condição camponesa, após o casamento, precisaram encaminhá-los para realizar um outro “ciclo pioneiro” nas novas colônias. A expansão prosseguiu no século XX e o próprio Waibel assinalou sua continuidade depois da II Guerra Mundial. Depoimentos tomados em entrevistas com colonos, realizadas no final da década de 1980, referem-se à migração de parentes para o oeste do Paraná, na década de 1950, procurando fugir da proletarização, mantendo-se, como proprietários, na atividade agrícola familiar. Recorrendo à memória passada em relatos orais desde os antepassados pioneiros, os descendentes procuram explicar os deslocamentos dos familiares para outras áreas de colonização, e o assalariamento (na cidade), pelo binômio família numerosa e terra escassa, num discurso crítico sobre as políticas fundiárias atuais. Um desses depoimentos resume a questão, num discurso “nativo” bastante elucidativo, ao afirmar que nos tempos pioneiros o casal que possuía muitos filhos tinha vantagens porque podia explorar plenamente o lote recebido (numa clara alusão ao pai-patrão e à renda única familiar). Mas nem todos os filhos podiam viver nessa terra depois de casados pois ela só comportava a auto-suficiência de uma família de colonos, obrigando a busca de alternativas dentro e fora do meio rural.²⁶ Aí está implícita a contradição básica que emerge do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico, e que põe em risco a reprodução social camponesa, possível apenas para um herdeiro, formando o que Willems (1946) chamou de família-tronco (de três gerações) ao tratar da colonização alemã. A migração, portanto, é um deslocamento essencial, seja para outra área de colonização, seja para as cidades, restando, ainda, a opção da dupla ocupação (combinando alguma atividade agrícola com trabalho assalariado), bastante comum depois da primeira guerra mundial, associada ao desenvolvimento industrial.

A dupla ocupação obviamente não produziu migração; contudo, trouxe mudanças sociais importantes nas comunidades rurais ao intensificar uma espécie de contínuo entre a colônia e a cidade que vem desde o passa-

²⁶ Sobre essa questão, ver Seyferth (1974).

do pioneiro. Conforme um dito local, hoje todas as famílias de colonos têm pelo menos um operário, ou filho/a em outra profissão, inclusive os “colonos-fortes” – termo que designa os poucos que ainda possuem terras equivalentes ao antigo lote colonial. Na realidade, ocorreu um processo de fragmentação das propriedades originais, permitindo a conciliação de atividades assalariadas (em unidades fabris instaladas no meio rural e nas cidades) com um cultivo de subsistência destinado principalmente ao consumo familiar. A maior ou menor diversificação das atividades agrícolas e assalariadas nessas unidades de tamanhos variados, que não permitem dedicação exclusiva ao cultivo, produziu alguma diferenciação interna, mantendo para todos a identidade de colonos, atribuição que evoca, inclusive, o passado pioneiro das famílias (cf. SEYFERTH, 1992).

Só muito eventualmente os **worker-peasants** definidos na teoria (cf. FRANKLIN, 1969) – caso destes colonos com dupla ocupação – realizam a mobilidade pendular, isto é, cumprem sua jornada assalariada em lugares mais distantes (mas sem desligar-se inteiramente da unidade familiar de produção), coisa registrada de modo enfático por Kautsky (1968) ao mostrar que certas atividades (inclusive o “trabalho acessório”) fazem parte do cotidiano camponês. Na maior parte dos casos, ir do campo para a cidade (e vice-versa) é um movimento diário, às vezes bastante penoso dependendo da distância e dos meios de transportes disponíveis.

Ao abordar a questão dos operários-camponeses, Mendras (1978, p.172-177) chamou a atenção para o desenvolvimento de indústrias nas aldeias de muitos países europeus. Elas abriram maiores oportunidades para a dupla ocupação e, em muitas regiões, a agricultura tornou-se uma atividade de subsistência. Coisa semelhante ocorreu no contexto da colonização em Santa Catarina. A industrialização começou antes da existência das cidades, e as primeiras fábricas estavam situadas na periferia das vilas, ou mesmo em áreas mais propriamente rurais. Para muitos colonos isto proporcionou uma atividade assalariada compatível com a permanência no lote colonial. Não foi o caso de muitas famílias que receberam terras em lugares mais distantes dos povoados, principalmente na fase final da ocupação do território; elas preferiram deixar o campo para residir próximo às fábricas. Aí está delineada outra característica da mobilidade, importante no contexto do desenvolvimento urbano e observado nas vilas de Blumenau, Brusque e Joinville na virada para o século XX.

A migração intra-regional para as cidades surgidas nos núcleos coloniais – portanto rural-urbana –, a dupla atividade dos operários-camponeses, e os deslocamentos para novas colônias, constituem as três principais formas de mobilidade espacial observáveis na longa duração do processo colonizador. Atualmente, persiste a dupla atividade, refletida também nos indicadores estatísticos que apontam para um grande número de minifúndios, com predominância de propriedades com menos de cinco hectares, onde se pra-

tica o cultivo de subsistência.

A formação de colônias no sul do Brasil baseou-se na imigração europeia, portanto, seu ponto de partida é um percurso de migração internacional. Uma parte desses imigrantes retornou aos países de origem diante das precárias condições de localização, uma situação amplamente denunciada na Europa com repercussão no aliciamento de colonos. Pela mesma razão, outros fizeram novo percurso através de fronteiras internacionais, reemigrando para países vizinhos, principalmente a Argentina e Paraguai. Não se conhece exatamente a dimensão estatística dessa reemigração, mas ela está assinalada na documentação relativa às colônias (basicamente em relatórios), classificada como um “problema”: colonos estariam “fugindo” para a Argentina, onde havia melhores condições de estabelecimento em comunidades rurais. No século XIX, a palavra “fuga” era usada pelos administradores de colônias para relatar o abandono dos lotes por colonos descontentes, sem a necessária autorização (dada sua condição de estrangeiros). O país vizinho aparece como um dos destinos desses “fugitivos”, mas a situação mais comum era a busca de melhores terras e condições de assentamento em outras colônias, especialmente aquelas administradas por empresas colonizadoras.

A (breve) análise aqui realizada não teve a intenção de estabelecer uma tipologia das migrações camponesas num contexto histórico de colonização. Antes, procurou-se situar a migração como uma estratégia de reprodução social que, ao mesmo tempo, reconfigura a “comunidade camponesa” e suas relações fora do espaço rural. Afinal, a migração é transnacional, multidirecional, heterogênea, com diferentes motivações e opções; e, na dimensão regional do complexo colonial, estabelece conexões mais permanentes com as cidades, que repercutem na identidade e cultura camponesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANTES, Visconde de. “Memória sobre os meios de promover a colonização”. *Revista de Imigração e Colonização*, Rio de Janeiro, ano II, ns. 2/3, p. 832-891, 1941.
- CABRAL, Oswaldo R. *Brusque: subsídios para a história de uma colônia nos tempos do Império*. Brusque: Sociedade Amigos de Brusque, 1958.
- _____. *História de Santa Catarina*. 2ª edição. Florianópolis: Laudes, 1970.
- DEEKE, José. 1922. *Die Kolonie Hammonia zu ihren 25 Jährigen Bestehen*. Blumenau, Tipografia Baumgarten.
- ENTRES, Gottfried (Ed.). *Gedenkbuch zur Jahrhundertfeier deutscher Einwanderung in Santa Catarina*. Florianópolis: Central, 1929.
- FRANKLIN, S. H. *The European Peasantry*. Londres: Methuen, 1969.
- HARRISS, John (Ed.). *Rural Development. Theories of peasant economy and agrarian change*.

- Londres: Hutchinson University, 1982.
- KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.
- KEARNEY, Michael. "From the invisible hand to visible feet: anthropological studies of migration and development". *Annual Review of Anthropology*, 15, 1986, p.331-361.
- _____. *Reconceptualizing the peasantry: Anthropology in global perspective*. Boulder: Westview Press, 1996.
- KROEBER, Alfred L. *Anthropology. Culture patterns and processes*. San Diego, Nova York, Londres: Harcourt Brace / Jovanovich Publ., 1963.
- MATTOS, Jacinto A. *Colonização do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis: Gabinete Tipográfico "O Dia", 1917.
- MENDRAS, Henri. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- PAIVA, Joaquim G. d'Oliveira. "Memória histórica sobre a colônia de São Pedro de Alcântara". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: 10, 1846.
- PIAZZA, Walter F. *A colonização de Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1994.
- REDFIELD, Robert. *Peasant society and Culture*. Chicago: The University of Chicago, 1956.
- _____. *El mundo primitivo y sus transformaciones*. México: Fondo de Cultura Económica, 1963.
- RICHTER, Klaus. *A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1887 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau*. Florianópolis: Ed. UFSC; Blumenau: FURB, 1986.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-mirim*. Porto Alegre: Movimento / SAB, 1974.
- _____. "As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: ano 7, nº 18, p. 78-95, 1992.
- _____. "Identidade camponesa e identidade étnica". *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro: 91, p.31-63, 1993.
- _____. 1996. "Concessão de terras, dívida colonial e mobilidade". *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro: v.7, p. 29-58, 1996.
- _____. "Colonização e conflito". In: Santos, J. V. Tavares (org.) *Violência em tempo de globalização*. São Paulo, Hucitec, 1999, p.285-330.
- SHANIN, Teodor (Ed.). *Peasants and peasant societies*. Middlesex: Penguin Books, 1971.
- TAVARES BASTOS, A. C. *Os males do presente e as esperanças do futuro*. 2ª edição. São Paulo: Nacional/Brasília: INL., 1976.
- THOMAS, W. I. e ZNANIECKI, F. *The polish peasant in Europe and America*. Nova York: Octagon Books, 1974.
- WAIBEL, Leo. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.
- WEBER, Max. "A situação dos trabalhadores rurais da Alemanha nas províncias do Além-Elba". In: SILVA, Jose G. da; STOLKE, Verena (Orgs.) *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.13-50.
- WOLF, Eric R. *Sociedade Camponesa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1946.